

QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA¹: O DEBATE REALIZADO PELO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DE SEU PROJETO ÉTICO POLÍTICO.

Raquel Santos Sant'Ana

Introdução

O Serviço Social Brasileiro, há mais de 40 anos, constrói um acúmulo teórico metodológico numa dada direção ético política que se expressa num conjunto de componentes teórico/práticos que dão ao trabalho e à formação uma perspectiva crítica e alinhada com a defesa intransigente dos direitos humanos, da liberdade, da democracia, do combate à exploração e opressão e, comprometidos com a construção de uma sociedade para além do capital.

Esses componentes expressam acúmulo teórico metodológico e ideopolítico da profissão e estão materializados nas legislações que regulamentam a profissão, nos trabalhos profissionais, nas pesquisas e nas investigações, realizados em sintonia com os princípios éticos da profissão; nas orientações do conjunto CFESS/CRESS², ABEPSS³ e ENESSO⁴; no projeto de formação desenvolvido pelas unidades de ensino que seguem as Diretrizes Curriculares da ABEPSS – e no direcionamento crítico no âmbito da pós graduação.

Essa profissão, que surgiu para cumprir as demandas do capital, em 40 anos fez um giro político ideológico que redirecionou o trabalho e a formação; para isso, um conjunto de ações e mobilizações feitas na década de 1970/80 foram fundamentais e permitiram que os/as profissionais, com uma perspectiva crítica e libertária, assumissem a direção das entidades representativas do serviço social brasileiro⁵ e fossem construindo, em conjunto com a categoria, esse acúmulo teórico que, hoje, é um verdadeiro patrimônio do Serviço Social brasileiro.

A ação política, a proximidade com as lutas e movimentos sociais e o avanço na produção do conhecimento foram fundamentais para esse giro da profissão. Tendo como referência a matriz teórica de base marxiana (em sua diversidade de correntes), o serviço social, ao longo de muitos debates, reflexões e produções teóricas, conseguiu definir o que é o objeto fundamental do trabalho profissional; aquilo que fez com que essa profissão fosse demandada no âmbito da sociedade capitalista: a questão social.

Pensada como o embate da relação capital/trabalho e, portanto, ineliminável da sociedade capitalista, a questão social traz para o cotidiano profissional as suas refrações mais cruéis como a violência, a fome, o adoecimento, o desemprego; por adentrar o

¹ Este texto é parte da exposição feita no II Seminário Habitação na Amazônia e Seminário Nacional Serviço Social e Habitação, mas foi revisado e adensado para esta publicação.

² Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social.

³ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

⁴ Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

⁵ Em 1979, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) as correntes críticas da profissão assumiram a direção política do evento colocando uma nova perspectiva para o serviço social brasileiro; daí este congresso ter ficado conhecido como “Congresso da Virada”. A Este respeito conferir: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL- CFESS- (Org) 30 anos do Congresso da Virada. Brasília, 2009.

cotidiano profissional de forma mediada, nem sempre ela evidencia a sua profunda conexão com o processo de exploração/dominação e as resistências e lutas construídas no movimento de lutas de classes.

Ao longo da construção dos aportes teóricos para o entendimento da questão social, nem sempre algumas mediações foram explicitadas na sua complexidade e densidade. O acúmulo construído pela profissão foi processual e evidentemente marcado pelos limites históricos e concretos; um exemplo disso foi a apreensão da classe social como múltipla, racializada, com diferentes sexos e sexualidades, como tem ocorrido nos últimos anos.

Ainda assim, é preciso destacar que o Serviço Social fez uma trajetória teórico metodológica e ético política que permitiu que ele conseguisse manter um posicionamento crítico à sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, como uma profissão de cunho eminentemente interventivo, seguisse ao lado dos trabalhadores e dos demais segmentos oprimidos pela sociabilidade atual. Para isso, diversos elementos foram fundamentais, mas destaque em especial o avanço dos programas de pós-graduação na área, o que permitiu a sistematização e a produção do conhecimento não só a respeito da profissão, mas das políticas sociais, do Estado capitalista e da realidade sociopolítica na qual a profissão se insere.

A apreensão das particularidades que compõem o embate do capital/trabalho, em diferentes territórios e com rebatimentos ambientais profundos, também é um adensamento que ficou melhor explicitado nas produções teóricas das últimas décadas e, para isso, dois elementos foram fundamentais: a ampliação dos programas de pós-graduação⁶ e a criação, por parte ABEPSS, dos grupos temáticos de pesquisa (GTPs) e, em especial, do GTP de questões agrária, urbana e ambiental que em muito contribuiu para que as pesquisadoras e pesquisadores dessa área pudessem avançar no debate, nas pesquisas e nas reflexões a respeito.

Este texto traz alguns aportes para pensar a relação entre questão agrária e sua conexão com a questão social. Para isso, será discutido aquilo que entendemos como questão social e a particularidade da questão agrária na proposta de formação profissional e, na sequência, ainda que brevemente, serão apresentados alguns elementos constitutivos da questão agrária brasileira.

Questão agrária como particularidade da questão social e o processo formativo.

No Brasil desta segunda década do século XXI, uma série de violações de direitos e violências praticadas, em especial junto aos segmentos mais vulnerabilizados, explicitam o quanto o Estado de direitos está cada vez mais sucateado e, segue como fez historicamente: sem sequer atender minimamente aos requisitos da cidadania burguesa.

O termo cidadania, neste país, vai se tornando um discurso esvaziado à medida que seus princípios básicos não são efetivados e um direito humano fundamental, como o

⁶ O primeiro programa de pós graduação em serviço social surge em 1971, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Desde então foram criados diversos programas que em 2019 somavam 36, sendo que todos oferecem mestrado *stricto sensu* e 20 ofereciam também o doutorado (CAPES 2019). Hoje o serviço social brasileiro é reconhecido como área de conhecimento pela CAPES e CNPq.

acesso ao alimento, é negado a milhões de brasileiros: mais da metade da população brasileira está em situação de insegurança alimentar, ou seja, ou com fome, ou com medo de passar fome. É o que indica a recente pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Pessan):

41,3% dos domicílios estavam em situação de SA [Segurança Alimentar], enquanto em 28,0% havia incerteza quanto ao acesso aos alimentos, além da qualidade da alimentação já comprometida (IA leve) [Insegurança Alimentar]. Restrição quantitativa aos alimentos ocorria em 30,1% dos domicílios, dos quais 15,5% convivendo com a fome (IA grave). Em termos populacionais, são 125,2 milhões de pessoas residentes em domicílios com IA e mais de 33 milhões em situação de fome (IA grave). A desigualdade de acesso aos alimentos se manifesta com maior força em domicílios rurais, 18,6% dos quais enfrentando a fome em seu cotidiano. Em termos geográficos, 25,7% das famílias em IA grave residem na região Norte; 21,0%, no Nordeste. A IA está também diretamente relacionada a outras condições de desigualdade. A fome está presente em 43,0% das famílias com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo, e atinge mais as famílias que têm mulheres como responsáveis e/ou aquelas em que a pessoa de referência (chefe) se denomina de cor preta ou parda. (REDE PENSSAN, 2022, p. 18)

Esta segunda década do século XXI, tem sido marcada pelo agravamento da questão social no Brasil e uma série de elementos concorrem para isso, mas todos estão profundamente vinculados a uma longa e profunda crise do capital que vem se arrastando desde 2008 e que promove, sistematicamente, junto aos países da América Latina, o que David Harvey (2013) chama de “acumulação por expropriação”. Contribui, ainda, para esse agravamento do quadro social, a condução do Estado numa perspectiva ultra neoliberal, um governo de ultradireita e, a partir de 2020, uma pandemia que assolou o mundo e, no Brasil, fez mais de 600 mil vítimas fatais.

Com isso, as refrações da questão social, resultantes de uma sociabilidade marcada pela exploração extrema do trabalho, promoveu ainda maior expropriação da classe trabalhadora do acesso mínimo aos bens produzidos e pauperizou, sobretudo, mulheres e negros.

Dá a importância do acúmulo teórico produzido pelo serviço social brasileiro, que permite, num cenário de desmonte das políticas públicas, aos profissionais, distinguir projeto institucional e projeto profissional e, com isto, pensar alternativas de ação, mesmo que a partir das condições objetivas adversas postas ao trabalho profissional. A condução das políticas, os direcionamentos estatais e institucionais não se confundem com a direção ideopolítica dos e das profissionais. O fato de a atuação profissional estar diante de limites históricos institucionais concretos não elimina as possibilidades a serem construídas para o fortalecimento da luta dos trabalhadores. Como afirma Iamamoto (2006):

O exercício profissional participa de um mesmo movimento que tanto permite a continuidade da sociedade de classe quanto cria as possibilidades de sua transformação. Como a sociedade na qual se inscreve o exercício profissional é atravessada por projetos sociais

distintos – projetos de classes para a sociedade – tem-se um terreno sócio-histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. É na presença de forças sociais e políticas reais – que não são mera ilusão - , que permite à categoria reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais (IAMAMOTO, 2006, p. 170-1)

Este discernimento político fundamental foi construído desde a década de 90 do século passado (XX), mas permanece atual e é importante destacá-lo para perceber que, nos ombros da geração anterior, é possível ampliar olhares e adensar as categorias de modo a alargar o nosso entendimento da questão social. Aconteceu com a questão de gênero e diversidade e está acontecendo também com a questão racial e, isto é fundamental para dar, cada vez mais, maior coerência ao nosso projeto profissional.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS⁷, documento que orienta a formação na área de serviço social, desafia-nos a buscar a perspectiva de totalidade⁸. Nelas está previsto discutir as diversas particularidades que compõem a questão social, inclusive as mediações que expressam este embate capital/trabalho em nível agrário e as consequências desse modelo predatório sobre a natureza, porém nem sempre isto aparece de maneira mais explícita. É o que aponta Sant’ Ana (2019).

A tese que nos orienta é que as diretrizes curriculares da ABEPSS permitem a discussão da questão agrária como uma particularidade da questão social, fundamento do trabalho profissional. A razão de tal assertiva é que os embates da relação capital trabalho, constituintes da questão social, se expressam no campo e na cidade, por processos que envolvem o desenvolvimento produtivo agrário e urbano; portanto, a questão social é permeada pelas contradições desse processo que quando são decorrentes do agrário, constituem-se como particularidades que dão a ela uma dada conformação com elementos específicos e problemáticas diferenciadas. Porém, como nem sempre o debate sobre a particularidade do rural se faz presente na literatura profissional, a discussão sobre o tema, quando acontece, fica restrita a algumas disciplinas, principalmente aquelas que analisam a realidade brasileira ou os fundamentos da questão social. [...] Ou seja: a questão agrária já compõe o conteúdo previsto para as matérias, porém, para que de fato, ela possa estar sendo discutida e trabalhada nos temas da formação profissional, é preciso que o docente tenha uma perspectiva de totalidade e que perceba a transversalidade do debate sobre o rural/urbano nos elementos que compõem a realidade social. (SANT’ANA, 2019, p. 178-9).

⁷ Este texto segue na perspectiva desenvolvida pela autora num artigo publicado na *Temporalis* (2019) intitulado DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS E A QUESTÃO AGRÁRIA. A perspectiva de análise trazida se estende também à questão ambiental e urbana.

⁸ Na perspectiva marxiana, totalidade e mediação são categorias ontológicas e analíticas e expressam algo distinto do significado atribuído a estas palavras no sentido comum. Não vem ao caso discutir aqui a questão do método, mas é importante destacar que no arsenal teórico marxiano, a mediação é uma particularidade e como tal ela é fundamental ao entendimento da totalidade pois é parte de sua composição intrínseca e seu movimento; porém se uso com o significado do senso comum que é de intermediação, estou definindo a particularidade como se fosse um detalhe dentre tantos outros. Isto provoca erro de análise em coisas básicas e fundamentais como, por exemplo, a interlocução entre raça/classe e gênero; mas também entre capitalismo e a relação ambiental, agrária e urbana.

Nas diretrizes curriculares da ABEPSS, embora esteja prevista esta busca pela perspectiva de totalidade, nem sempre foi possível aos sujeitos do processo formativo adensar as análises de maneira que as relações de trabalho e exploração no capitalismo pudessem considerar outros elementos que compõem a classe trabalhadora e os diferentes territórios, os quais trazem particularidades diferenciadas daquelas centradas nas relações urbano/industriais.

Com isto, conforme mencionado, nem sempre o debate sobre a particularidade do rural e o ambiental se faz presente na literatura profissional; na formação profissional, a discussão sobre estes temas, quando acontece, fica restrita a algumas disciplinas, principalmente aquelas que analisam a realidade brasileira ou os fundamentos da questão social. Mesmo o debate sobre a questão urbana, ainda que esteja mais presente nos conteúdos, muitas vezes não traz problemáticas mais amplas envolvendo o território, restringindo-se a temas como violência urbana e acesso à cidade. Muito pouco se discute, em trabalho profissional, por exemplo, a atuação do serviço social junto às políticas urbanas e rurais, junto aos movimentos sociais urbanos ou rurais que promovem a luta pelo acesso à terra e à moradia.

É importante apreender que os embates constituintes da questão social são decorrentes da forma de organização do capitalismo, cujas atividades produtivas ocorrem no campo e na cidade e com um tipo de lógica constitutiva: a busca do lucro. Aos trabalhadores a exploração é inevitável nas atividades laborais, independentemente de onde ela se estabeleça, mas será mais profunda junto aos segmentos da classe trabalhadora como negros e mulheres e, afetará os diferentes territórios onde a reprodução social acontece, porém será mais grave em áreas rurais e periféricas.

As particularidades que evidenciam o agrário são fundamentais para pensar a questão social, a composição da classe trabalhadora e até sua configuração étnico racial. Um exemplo dessa evidência pode ser dado quando se analisa a formação do Estado brasileiro: no Brasil precedeu à abolição do sistema escravista, o cativo da terra, que a partir de 1850 com a Lei de Terras (Lei n. 601/1850) passou a ser acessada mediante a compra e venda. Isto inviabilizou a regularização dos quilombos e de pequenas propriedades, de maneira a já ir formatando uma determinada configuração para a estrutura fundiária que permaneceu, desde sempre, concentrada. Este fato marcou um lugar para os negros que, sem política reparatória, foram expulsos da terra e, depois, em sua maioria impedidos de acessar os postos de trabalhos urbanos melhor remunerados.

A lógica do capital e sua forma de espriar-se pela realidade passou a compor todos os interstícios da vida e estruturou uma forma de produzir baseada na exploração e no lucro; isto instituiu processos cujas configurações são extremamente nocivas para a vida em sociedade e para a preservação da vida sob o planeta. Esta assertiva é fundamental de ser compreendida no trabalho profissional, na pesquisa e na produção do conhecimento pelos profissionais de serviço social.

A defesa deste texto é que as questões referentes ao urbano, ao agrário e ambiental devem ser trabalhadas como componentes da questão social e, portanto, perpassar os três Núcleos de Fundamentação⁹ e ser objeto de análise de todas as disciplinas que tratem do tema, ou seja, deve estar nos conteúdos das disciplinas de Trabalho Profissional, Fundamentos Sociológicos, Estágio, Supervisão Acadêmica, Fundamentos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, enfim, todas as que permeiem o tema da questão social, e não apenas que sejam trabalhadas em disciplinas específicas, principalmente se estas forem eletivas.

Daí a necessidade de adensar esta reflexão, pois é preciso que o docente perceba a transversalidade do debate sobre o rural/urbano nos elementos que compõem a realidade social. Para isso ele terá que apreender os complexos sociais e suas mediações numa perspectiva dialética e de totalidade. No próximo item, apresento alguns elementos para contribuir no adensamento o debate da questão agrária brasileira no âmbito do serviço social.

Questão agrária: alguns aportes fundamentais para o entendimento da questão social no cotidiano do serviço social.

Apresento algumas interlocuções da questão agrária, mas que estão diretamente imbricadas com o urbano e o ambiental.

No Brasil, assim como se optou politicamente por construir um Estado racista desde a sua origem, também se manteve intacto o poder da classe dominante oligárquica e a associação com o capital se deu sem fraturas importantes entre os grupos dominantes.

A terra permaneceu concentrada e, ainda hoje, temos quase que concentração absoluta: o índice de Gini nunca foi menos do que 0,8, ou seja, quase concentração absoluta. Segundo o último Censo Agropecuário, em 2017 o índice de Gini foi de 0,867.

A modernização da agricultura que ficou conhecida como “revolução verde”, na década de 1960, foi implantada para fazer com que a agricultura brasileira passasse a incorporar os avanços da modernização capitalista; foi financiada pelo Estado e com créditos voltados prioritariamente para os grandes produtores. Esta opção por grandes monoculturas e maquinários pesados, expulsou e ainda expulsa milhares de trabalhadores do campo pois é um modelo que economiza força de trabalho e incompatibiliza a presença da pequena propriedade no mesmo espaço pelo uso intensivo do veneno, conforme será demonstrado a seguir.

Toda uma gama de sujeitos são direta ou indiretamente afetados por esta forma de produzir no campo. O processo de modernização capitalista do campo permitiu a simbiose entre capitalistas e latifundiários que, em busca da renda da terra ou do lucro, seguiram avançando sobre grandes vastidões de terras, muitas das quais públicas, de territórios indígenas e quilombolas, de posseiros e camponeses, e com o aval direto ou indireto do

⁹ As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 apontam para uma nova lógica curricular, que articula três Núcleos de Fundamentos, os quais traduzem um conjunto de conhecimentos constitutivos da formação profissional. 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABEPSS, 1996).

Estado¹⁰. O resultado desse processo se expressa na extrema concentração fundiária que persiste historicamente, mas, também, nos níveis de conflito existente na luta pela terra¹¹.

O capitalismo reuniu diversos segmentos de maneira a integrar diferentes cadeias produtivas nos chamados Complexos Agroindustriais; a agricultura passou a demandar todo um aporte industrial e financeiro e integrar, via de regra, de forma subordinada grande parte dos pequenos produtores rurais. Este forma de produzir inclui grandes redes de distribuição a partir de hipermercados e com crescentes padronizações de produtos e alimentos ultraprocessados, o que traz implicações diretas para a saúde da população.

Outro elemento fundamental dessa agricultura capitalista é a produção de *commodities* agrícolas, voltadas para o mercado externo. A produção em larga escala de um único produto, utilizando sementes transgênicas e grande volume de agrotóxicos, tem trazido rebatimentos diretos não só para os povos do campo, mas também para aqueles que vivem em área urbana; na realidade este modelo de agricultura tem comprometido a vida sobre o planeta ao envenenar as águas e o solo e invadir biomas fundamentais e reprodução da vida.

O agronegócio, como descrito anteriormente, contribui diretamente para a crise ecológica e sanitária globalizada, posto que a produção de *commodities* tem mantido uma iníqua distribuição e processos violentos de expropriação da terra, exploração de recursos naturais e da força de trabalho humana, acesso desigual à água e fortes pressões sobre populações tradicionais e originárias, desrespeito às tradições e culturas, como de indígenas, quilombolas, agricultores familiares, camponeses, assentados, trabalhadores imigrantes, entre outros. (PIGNATI, SOARES, LEÃO, 2021, p. 96)

No Brasil, essa agricultura, que tem como nome fantasia o termo agronegócio, assume características extremas de destrutividade pois conta com financiamento público e permissividade das legislações. No governo Bolsonaro, de 2018 a 2022 já foram liberados mais 1.000 agrotóxicos¹² e se, em 2015, o brasileiro já tomava 7,5 litros de veneno por ano, segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca)¹³, hoje esta quantia deve estar ainda maior.

Pesquisadores(as) do Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador (Neast) da Universidade Federal de Mato Grosso, (UFMT), docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) da UFMT e entidades, pesquisadores e comunidade de fora da universidade lançaram uma publicação em que reúnem diversos estudos sobre as consequências das culturas do agronegócio em territórios

¹⁰ Os exemplos são muitos e permeiam os diferentes períodos históricos e governos, mas ilustro aqui com a recente aprovação da PL 277/2022, pela assembleia Legislativa do estado de São Paulo, que aprovou, em 29 de junho, a destinação de mais de um milhão de hectares de terras públicas aos grileiros só na região do Pontal do Paranapanema. A esse respeito conferir: MAFORT, K, "*PL da Grilagem*": o maior repasse de terras públicas desde a lei de 1850 em São Paulo. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/29/artigo-pl-da-grilagem-o-maior-repasse-de-terras-publicas-desde-a-lei-de-1850-em-sao-paulo>.

¹¹ Segundo o relatório do DATALUTA, entre 2000 e 2019 houve 14.611 manifestações no campo, envolvendo 7.619.286 pessoas. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1KBdl2bgwMHwenGWI8ZWDW93foDbTVT9A>. Acesso em: 30 de junho de 2022.

¹² O Governo de Jair Bolsonaro liberou, ao todo, 1.560 agrotóxicos e criou amparo legal pra a redução de mais de 90% dos agrotóxicos existentes, muitos dos quais banidos da comunidade europeia. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/brasil-tem-quase-5-mil-agrotoxicos-liberados-18042022>. Acesso em: 10 jun. 2022

¹³ AGUIAR, 2022. Disponível em: <http://redesans.com.br/brasileiro-consome-em-media-75-litros-de-veneno-por-ano-devido-ao-uso-de-agrotoxicos/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

rurais e urbanos. Oliveira, Beserra e Pignati (2021) falam em exposição impositiva¹⁴ da população ao veneno ou seja, a pulverização aérea e o uso intensivo de venenos poluem o ar, as terras e as águas. Ainda nesta publicação, reúnem diversas pesquisas trazendo dados sobre a situação do estado de Mato Grosso e evidenciam a presença de agrotóxicos nas chuvas, águas e peixes (BESERRA, OLIVEIRA E PIGNATI, 2021); nos alimentos hortifrutí e, também, nas culturas das *commodities* (CORRÊA, PIGNATI E BARBOSA, 2021); problematizam o uso de sementes transgênicas (MELGAREJO, 2021); e seguem evidenciando a precarização do trabalho, o adoecimento dos trabalhadores da cadeia produtiva do agronegócio e trazendo as consequências sócio ambientais dessas culturas (RIBEIRO, BRINGHENTI E LEAO, 2021; COSTA *et al.*, 2021; LARA *et al.*, 2021); mostram o abortos espontâneos devido ao contato com o agrotóxico (SOARES *et al.*, 2022b), os cânceres infanto juvenis (SOARES *et al.*, 2021a) e as doenças hematológicas decorrentes do contato com o agrotóxico (BEZERRA *et al.*, 2021).

Como fenômeno complexo e contraditório, no entanto, esta realidade não se dá de maneira harmoniosa e tranquila. As resistências criadas pelos diversos povos e trabalhadores do campo evidenciam a luta permanente desencadeada por este modelo hegemônico de produção rural. Povos da floresta, quilombolas, povos tradicionais, ribeirinhos, pescadores, camponeses se organizam em mais de 130 movimentos sociais que tem como foco a conquista ou a permanência na terra.

Ainda que as lutas e embates sejam constantes, as consequências desse modelo agrícola hegemônico sobre as condições de vida das populações diretamente afetadas são graves, aliás, afetam a sociedade como um todo. Em municípios de pequeno porte, onde os produtos de *commodities* são a principal atividade econômica, o agravamento da questão social é muito evidente. Sant'Ana (2014), a partir de dados quantitativos, constatou que em município de pequenos porte 1 (de até 20 mil habitantes) da região de Franca e Ribeirão Preto, os trabalhadores rurais eram 50% dos usuários da política de assistência social; nesta mesma pesquisa quando havia cruzamento com dados qualitativos, chegavam a ser 70% dos usuários¹⁵. Ou seja, os rebatimentos desse modelo de agricultura têm impacto direto sobre o trabalho profissional do serviço social em diversos espaços socio-ocupacional. Na área da saúde vão estar os aumentos dos cânceres e outras doenças, a invalidez, a intoxicação. Muitas destas doenças estão sendo tratadas sem nenhuma vinculação ou constatação de nexos causais com o trabalho ou com a exposição ao veneno. A área da assistência social está presente nas demandas daqueles que são expulsos do trabalho ou adoecem e ficam na dependência dos benefícios socioassistenciais, no agravamento do quadro de fome que, inclusive, tem levado os profissionais e se envolver com o debate e a política de segurança alimentar.

A questão agrária possui uma profunda conexão com a questão urbana. A interlocução sobre o acesso ao solo urbano, a criminalização das lutas sociais e dos

¹⁴ Os autores fazem crítica aos termos “risco” e “exposição”, utilizados pelas ciências da saúde e, principalmente, pela epidemiologia, mostrando que são insuficientes para se referir à situação das populações que ficam expostas ao veneno não como algo ocasional ou esporádico, mas cotidianamente e de forma arbitrária.

¹⁵ É interessante observar que os profissionais de serviço social não tinham essa quantificação feita, mas estimavam que 70% dos usuários da política de assistência social eram trabalhadores rurais. Quando foi feita a pesquisa quantitativa a falta de registro da ocupação fez com que fosse necessário cruzar diversas fontes, mas ainda assim os dados ficaram incompletos. Para complementar em alguns municípios foram feitas abordagens qualitativas com os usuários dos equipamentos sociais e, nestas realmente se constatou a presença do trabalhador rural ou ex trabalhador em 70% das famílias. A este respeito conferir Sant'Ana, (2014).

segmentos mais pauperizados da população nos colocam frente às políticas higienistas, violadoras de direitos. É necessário identificar que a população mais empobrecida e periférica é a população negra, devido ao racismo que aprofunda o fosso social existente na sociedade brasileira; mas é fundamental, também, apreender as bases econômicas e sociais que dão materialidade a estes processos decorrentes da lógica do capital e sua investida sobre o uso do solo, tanto urbano quanto rural.

O grande desafio posto ao serviço social, portanto, é garantir que, na produção do conhecimento e na formação em âmbito de graduação e da pós-graduação, a perspectiva de totalidade de maneira a apreender as particularidades que compõem o urbano, o rural e o ambiental como componentes da questão social e que são decorrentes dos embates do capital com os sujeitos coletivos e os movimentos sociais que disputam não só o direito à terra mas, também, o direito à vida.

Se o serviço social apreende estas mediações que compõem a questão agrária, terá mais elementos para a leitura da realidade, produção do conhecimento e intervenção junto à questão social, inclusive apreendendo para além de suas manifestações fenomênicas; com isto, poderá contribuir para o acúmulo do conhecimento necessário para o desvendar dos malefícios do agronegócio e, também, fortalecer a luta pela terra. Por meio de práticas pedagógicas é possível abordar esta temática junto à população e estabelecer a relação entre modelo de produção e a fome, o envenenamento de nossa comida, ou seja, tratar de temas que envolvem o cotidiano da população e ao mesmo tempo apresentar alternativas como a agroecologia e a soberania alimentar. O profissional também poderá contribuir na construção de políticas públicas voltadas para a área de segurança alimentar, tanto diretamente nesta política, quanto na intersetorialidade que este tema traz com a educação, o desenvolvimento social, a saúde e a assistência social.

Considerações finais

Conforme discutido neste texto, os conflitos decorrentes da questão agrária compõem a luta de classes no campo e evidenciam o resultado de um capitalismo selvagem, especialmente em países dependentes.

Este debate tem que estar na formação dos assistentes sociais pois, em vários espaços, as refrações das questões agrária e ambiental estão direta ou indiretamente colocadas como parte do cotidiano profissional.

Os desastres sócio ambientais do agronegócio, para parafrasear Pignati *et al.* (2021), são amplos e perversos; perpassam as devastações da rica biodiversidade do país, a privatização da água e da terra, e com consequências muito graves também para o ser humano, em especial para os trabalhadores diretamente envolvidos nas cadeias produtivas dos diversos ramos do agronegócio.

Especificamente do ponto de vista ambiental, as consequências deste processo são nefastas, a monocultura contraria a regra mais básica da natureza: a biodiversidade. A produção intensiva de *commodities* agrárias mantém a fome nos diversos locais do planeta, o aquecimento global, a poluição da águas; este é o resultado desta forma de utilização do solo, das florestas, dos recursos humanos e naturais.

A produção do conhecimento e pesquisa na área de Serviço Social no que diz respeito às temáticas agrárias, urbanas e ambientais pressupõem a apreensão desses

elementos acima mencionados. E para isto, inicialmente, é necessário identificar o sentido e a direção construídos pela profissão como um todo. O debate do serviço social sobre a questão social e seus delineamentos teórico metodológicos e ético políticos são fundamentais para pensar as diversas áreas sobre as quais a profissão tem construído conhecimento.

A matriz marxiana como principal corrente teórica que subsidia as análises traz uma perspectiva teórica que faz uma crítica radical à sociedade capitalista e, na abordagem da questões agrária, ambiental e urbana, isto fica ainda mais nítido, pois envolve o debate sobre o uso e a propriedade da terra, elemento fundamental para a produção e reprodução da vida.

O acúmulo da profissão no debate da questão social como objeto do trabalho profissional, permitiu à profissão identificar a necessidade de requerer do trabalho profissional uma perspectiva para além do capital, mesmo que atuando em espaços socioinstitucionais com muitos limites e que inviabilizam até mesmo o acesso básico aos direitos humanos mais fundamentais. Daí a necessidade do caráter pedagógico do trabalho profissional a ser destinado para uma perspectiva crítica e emancipatória, para além do projetos institucionais.

No que diz respeito à questão agrária (mas que, em parte, compõe também a questão ambiental e a urbana) as disputas e conflitos pelo uso e acesso à terra seja para o trabalho ou moradia, evidenciam que o embate de classes ocorre no campo e na cidade. As particularidades que envolvem o rural devem compor o acervo cultural e político da profissão como condição para assegurar conhecimento crítico e intervenções qualificadas e alinhadas à atual direção do projeto profissional do serviço social.

Referências

- ABEPSS. **Diretrizes curriculares da ABEPSS**. 1996. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- AGUIAR, P. Brasil tem quase 5 mil agrotóxicos liberados. **R7 Brasília**, Brasília, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/brasil-tem-quase-5-mil-agrotoxicos-liberados-18042022>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- BESERRA, R.C.G. [et al.] Doença hematológica grave e possível impacto da exposição aos agrotóxicos: mortalidade por anemia aplástica em Mato Grosso – Brasil. In: PIGNATI, W.A, *Et al.* (ORGs). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil**. 1ª edição. OUTRAS EXPRESSÕES, São Paulo – 2021. p 263-76.
- CAPES/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de, SANTANA, Joana Valente. STAMPA. Inez. **Documento de Área**. Área 32: Serviço social. Brasília: Ministério da Educação, 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS- (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009.

CORRÊA, M. L. M.; PIGNATI, W. A.; BARBOSA, J. R. Agrotóxicos em alimentos e *commodities*: exposição impositiva em territórios do agronegócio no Mato Grosso, Brasil. *In*: PIGNATI, W. A., *et al.* (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2021, p. 131-146.

COSTA, V., *et al.* Aspectos socioeconômicos, culturais, e ambientais dos suicídios de trabalhadores (as) no agronegócio na Bacia do Rio Jurema, Mato Grosso. *In*: PIGNATI, W. A., *et al.* (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil**. T1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2021, p. 195-208.

DATALUTA (Brasil). **Relatório DALUTA**. n. 21. Presidente Prudente, 2020. Disponível em:
<https://drive.google.com/drive/folders/1KBdl2bgwMHwenGWI8ZWDW93foDbTVT9A>. Acesso em: 30 jun. 2022.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2013.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. *In*: MOTA, A. E., *et al.* (Orgs.). **Serviço Social e Saúde - Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, 2006.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Brasil: IBGE. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

LARA, S. S., *et al.* Intoxicações agudas por agrotóxicos relacionadas ao trabalho: nas regiões que mais produzem, maior é a incidência no Mato Grosso. *In*: PIGNATI, W. A., *et al.* (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2021, p. 209-218.

MAFORT, K. "PL da Grilagem": o maior repasse de terras públicas desde a lei de 1850 em São Paulo. **Brasil de fato**, 29 jun. 2022. Disponível em:
<https://www.brasilefato.com.br/2022/06/29/artigo-pl-da-grilagem-o-maior-repasse-de-terras-publicas-desde-a-lei-de-1850-em-sao-paulo>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MALUF, R. S. (Coord.) **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

MELGAREJO, L. As lavouras transgênicas e uma ciência cidadã para mostrar os riscos à vida e os mitos do agronegócio. *In*: PIGNATI, W. A.; CORRÊA, M. L. M.; LEÃO, L. H.

C., *et al.* (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil**. T1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2021, p. 163-178.

OLIVEIRA, L. K.; BESERRA, L.; PIGNATI, W. A. Processo de poluição química rural e exposição impositiva por agrotóxicos. *In*: PIGNATI, W. A., *et al.* (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2021, p. 53-60.

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H., *et al.* Da vigilância das doenças à vigilância do desenvolvimento. *In*: PIGNATI, W. A., *et al.* (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2021, p. 351-362.

PIGNATI, W.; SOARES, M. R.; LEÃO, L. H. C. A cadeia produtiva do agronegócio, danos ambientais, acidentes de trabalho, agrotóxicos, doenças e pandemias: um resumo. *In*: PIGNATI, W. A., *et al.* (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2021, p. 95-114.

PIGNATI, W.A., *et al.* (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Outras expressões. 2021.

RIBEIRO, T. A. N.; BRINGHENTI, M. V.; LEÃO, L. H. C. Trabalho escravo, conflitos socioambientais e a epidemiologia popular no contexto do agronegócio mato-grossense. *In*: PIGNATI, W. A., *et al.* (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agroecológicas no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2021, p. 179-194.

SANT'ANA, R. S. Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a Questão Agrária. **Temporalis**, Brasília (DF), n. 37, p. 172-188, jan./jun. 2019.

SANT'ANA, R. S. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

SANT'ANA, R. S. Trabalho e desenvolvimento: a realidade rural e a questão social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 723-745, out./dez. 2014.

SANT'ANA, R. S. Trabalho e Modelo de Desenvolvimento: a realidade rural e as expressões da questão social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 723-745, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/08.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2016.

SOARES, M. R., *et al.* Abortos espontâneos em municípios de uso agrícola de agrotóxicos no Mato Grosso. *In*: PIGNATI, W. A., *et al.* (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-**

ambientais do Agronegócio e Resistências Agrocológicas no Brasil. 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2021b.

SOARES, M. R., *et al.* Câncer infante juvenil: nas regiões mais produtoras e que mais usam agrotóxicos, maior é a morbidade e mortalidade no Mato Grosso. *In:* PIGNATI, W. A., *et al.* (Orgs.). **Desastres Sócio-sanitário-ambientais do Agronegócio e Resistências Agrocológicas no Brasil.** 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2021a, p. 249-263.